

**Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal**

**Popular education: democratic experiences of the political council in municipal public management**

Almir Paulo dos Santos  
Moises Marques Prsybyciem  
Adriana Katia Tozzo  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
Erechim - Brasil

**Resumo**

Este trabalho objetivou analisar experiências democráticas e populares do Conselho Político da gestão pública municipal. Participaram desta pesquisa, cuja abordagem metodológica classifica-se como qualitativa, dez membros do Conselho Político municipal, sendo os dados coletados a partir de uma entrevista semiestruturada. Os principais resultados apontam que as experiências democráticas e populares da gestão pública municipal fortalecem a participação como um valor pedagógico, propiciando ações concretas e sensíveis à comunidade municipal. Nesse contexto, o diálogo e o trabalho coletivo são elementos centrais. Sendo assim, os principais desafios consistem em manter a estrutura do Conselho Político, na perspectiva do diálogo educativo e coletivo. Tais resultados contribuem no sentido de diminuir a distância entre a gestão pública e as necessidades da população.

**Palavras-chave:** Conselho Político; Gestão Democrática; Educação Popular.

**Abstract**

This work aimed to analyze democratic and popular experiences of the Political Council of municipal public management. Ten members of the municipal Political Council participated in this research, whose methodological approach is classified as qualitative, with data collected from a semi-structured interview. The main results indicate that the democratic and popular experiences of municipal public management strengthen participation as a pedagogical value, providing concrete and sensitive actions to the municipal community. In this context, dialogue and collective work are central elements. Therefore, the main challenges are to maintain the structure of the Political Council, from the perspective of educational and collective dialogue. Such results contribute to reducing the distance between public management and the needs of the population.

**Keywords:** Political Council; Democratic Management; Popular Education.

## **Introdução**

Este artigo discute a constituição do Conselho Político em um município do norte do estado do Rio Grande do Sul, Itatiba do Sul, no que se refere à participação, coletividade e tomada de decisão mais democráticas na gestão pública municipal, pelas diversas instâncias da comunidade local. O estudo objetivou analisar experiências democráticas e populares da gestão pública do Município de Itatiba do Sul/RS (Brasil). A metodologia consistiu em uma abordagem qualitativa e, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada com dez membros das diferentes instâncias que compõem o Conselho Político.

O Conselho Político de Itatiba do Sul/RS se constitui pela participação de agentes públicos, de setores do comércio local, da agricultura, de gestores educacionais, da administração e da gestão municipal. São relações de diálogo entre o poder público municipal e o Conselho Político para a tomada de decisões e aplicação orçamentária, em benefício das necessidades da comunidade. Streck, Pitano e Moretti (2017) buscam conceituar o conselho político pela participação nos contextos da educação popular, acontece porque já se tem experiências prévias de participação da comunidade, pela novidade do espaço, pela convivência, pela possibilidade de negociação e de sociabilidades, pelo prazer do encontro e, principalmente, pela necessidade de resolução de problemas concretos.

A premissa teórica deste estudo reside no debate referente à educação popular e à gestão pública participativa (Brandão, 1995; Bobbio, 2000; Freire, 1987; Pontual, 2006 e Streck, Pitano, Moretti, 2017), fortalecendo os atores políticos e suas proposições populares, organizando-se, assim, uma estrutura e o sentido de uma educação popular democrática em um espaço de gestão pública municipal (Pessoa, 2010; Streck, 2023; Freire, 1996), como princípio da participação na tomada de decisões e de educação coletiva nos contextos das necessidades da comunidade municipal e dos sujeitos do Conselho Político.

Assim, organizou-se o texto em quatro sessões: i) apresenta-se uma síntese sobre a educação popular e a gestão pública participativa, bem como uma reflexão sobre educação popular e o processo de democratização da gestão pública; ii) mostram-se os caminhos metodológicos da pesquisa; iii) apresentam-se os dados coletados das entrevistas e a análise dos resultados; e, iv) por fim, apontam-se as considerações finais.

### **Educação popular na gestão pública**

Como prática educativa, a educação popular foi se constituindo como o exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente. Seu modelo, educacional, político e econômico, direcionado pela ideológica neoliberal, constitui um currículo escolar que prepara o aluno para o mundo do trabalho, garantindo uma força de trabalho minimamente educada, além de inculcar a ideologia liberal. Brandão (2021) explicita que a educação popular está na contramão dos poderes de Estado liberais, neoliberais ou liberalmente populista. É uma educação hostil a tais políticas e interesses político-econômico, que servem a um poder público colonizado.

A educação popular é uma prática pedagógica dos movimentos sociais que nasce das organizações populares, extrapola os muros das escolas, cruza fronteiras, na conquista de seus direitos políticos e civis, criando “conhecimentos que podem variar desde fórmulas inovadoras, a formas mais democráticas de liderança e organização” (Streck, 2023, p. 7). É uma ação política que ocorre a partir de ações culturais, saberes, costumes e diferentes tradições populares, na constituição de associações populares que se fortalecem a partir das experiências de vida à constituição da autonomia, transformando-se em movimentos da cultura popular.

Para Brandão (1995), a educação popular constitui-se em um conjunto de relações que, a partir da cultura, estabelecem uma articulação entre a prática e o trabalho político popular. Origina-se nas experiências do homem com a sociedade, de alterações das estruturas opressoras por um trabalho libertador, em uma ampla ação cultural, constituindo-se num instrumento político de conscientização e politização do povo.

A educação popular caracteriza-se, em sua essência, como o avanço da consciência crítica das classes populares, que parte da realidade dos sujeitos envolvidos, construindo, de forma coletiva, processos de discussão sobre e para sua própria realidade. Isso possibilita que a “educação popular não se apresenta como um serviço cultural através da educação estendida ao povo, mas como uma ação pedagógica colocada a serviço do povo” (Brandão, 2021, p. 5). A educação popular constitui-se em um movimento social e político, que se forma em meio a esfera pública, gestada pela participação popular.

Uma educação popular democrática e participativa, integrante da gestão pública, possibilita transformar e constituir uma consciência crítica, a partir dos saberes populares que

fortalecem as organizações sociais locais e populares. “É uma modalidade de pensamento, de prática pedagógica e de ação política que dela, dirigida às/pelas classes populares e devotada a participar de processos em que elas se tornam protagonistas de transformações sociais” (Brandão, 2021, p. 5). Trata-se de uma gestão pública, portanto, pedagogia a serviço das classes populares, para que elas próprias se constituam e direcionem os interesses da comunidade local.

Na gestão pública, a participação popular se torna o fundamento e a base da cidadania. Segundo Benevides (1994), a criação de espaços públicos assegura que a soberania popular não esteja restrita apenas ao processo eleitoral, mas sim, presente nas ações diárias de uma gestão pública, colocando a sociedade em uma situação de coparticipação do processo de “gestar”, criando, transformando e oportunizando a participação de todos.

A participação é, portanto, o eixo desse processo que se inicia a partir do diagnóstico das demandas da comunidade, do orçamento disponível para o planejamento e as decisões sendo tomadas a partir de assembleias ou pelos representantes dos setores sociais da comunidade. “Tal assertiva pode ser contemplada nas inúmeras situações em que os participantes, lideranças comunitárias ou de base, defendem as demandas necessárias para resolução de problemas concretos da comunidade” (Streck; Pitano; Moretti, 2017, p. 6).

O diálogo em uma gestão pública constitui-se o alicerce de uma pedagogia libertadora, transformadora e indispensável em uma ação do governo voltada para a construção e execução de políticas públicas, que tenham por objetivo conhecer, refletir e transformar a realidade. O diálogo pressupõe a construção de relações horizontais entre o governo e o povo, em que as práticas educativas são construídas a partir do entendimento “(...) de que o diálogo é uma exigência existencial” (Freire, 1987, p. 45), pois produz a ação, a reflexão e a humanização.

Dessa forma, na compreensão de que é por intermédio do diálogo, núcleo central da prática reflexiva, que se desenvolve a consciência de classe, insurgindo-se contra qualquer forma de opressão e alienação, construindo um caminhar de cidadãos autônomos, criativos, éticos e estéticos, entendendo que a educação não é neutra. Educar é intervir no mundo, ou seja, “Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (Freire, 1994, p. 98).

Da mesma forma, a educação popular é uma ferramenta indispensável para que os princípios da amorosidade e do respeito aos diferentes saberes, necessários para a construção da cidadania se estabeleçam. Educação e cidadania se fortalecem “com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (Freire, 1987, p. 74).

São propostas pedagógicas com a intencionalidade de desenvolver ações que orientem e ampliem as formas de compreensão do mundo e da atuação dos setores populares articulados a um projeto político de emancipação, que possibilite reconhecer os saberes e, a partir desses, construir novos, impulsionando a cidadania. Brandão (2021) destaca que a radicalidade de uma pedagogia centrada num diálogo entre pessoas, culturas e classes sociais, constitui a força humanamente pedagógica e política da educação popular. É um diálogo entre os cidadãos e a gestão pública democrática na construção de novos saberes.

Acreditar em uma gestão pública edificada no diálogo é compreender que, por meio dela, os homens “pronunciam o mundo” (Freire, 1987). A prática do diálogo é fundamental para romper com o silêncio do outro, promover reflexões e problematizar a realidade. Essa apropriação é fundamental para o pensar e repensar as convicções pessoais acerca da realidade vivida e das situações que impedem a construção de melhores condições de vida. O fortalecimento do poder popular se dá justamente pela construção de um saber de classe, fortalecendo as organizações locais e populares, tendo o movimento popular e sua efetiva participação como dinâmica deste processo.

A gestão pública municipal, a partir da constituição da democracia participativa, estabelece momentos de diálogo, provocando a “emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política” (PONTUAL, 2006, p.65), que implica aprender a olhar o mundo que nos cerca com um outro olhar, novos saberes e intervenções na gestão, bem como aprofundando a democracia nos municípios brasileiros.

### **Conselho político e o processo de democratização da gestão pública**

O Conselho Político do Município de Itatiba do Sul/RS nasce da organização da sociedade, com o propósito de efetivar práticas sociais na gestão pública municipal. Ele surge

## *Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal*

dos desafios comunitários, tendo como princípio o diálogo, reflexão e conscientização, para reivindicar prioridades necessárias e urgentes. O foco, foi além da constituição do Conselho Político, construir espaços de participação na gestão pública do município. E a “participação da sociedade civil nas decisões e nas ações do poder público através dos conselhos institucionalizados para a deliberação coletiva” (Pessoa, 2010, p. 66) coloca nas mãos dos conselheiros políticos as práticas de gestão pública de acompanhar as ações do município, como no poder decisório de aplicação orçamentária a partir das demandas da comunidade.

Diferentes segmentos da sociedade integram o Conselho Político, possibilitando à população participar de um espaço onde as decisões são tomadas, implicando na maior fiscalização e na efetivação das políticas públicas e em sua prestação de contas. “Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade” (Freire, 2000, p. 75). São necessidades da comunidade acolhidas pelo Conselho Político, conectadas à questão orçamentária e realizadas fruto do diálogo dos conselheiros.

São princípios democráticos na gestão pública, diretamente ligados à recuperação do papel indutor do estado na construção do desenvolvimento, fundado nos princípios da justiça social, da equidade, da sustentabilidade, da autonomia e da emancipação. É ir além da constituição de conselhos, definidos e exigidos pela legislação em vigor. É consolidar mecanismos de gestão pública democrática que possibilitem a participação e o controle social na construção e na implementação de políticas públicas que se tornam urgentes e necessárias, assegurando a participação da sociedade e tornando-a um método de governo e de gestão.

Pontual (2006) explicita que um processo de gestão democrática deve ter a ação educativa como eixo articulador, qualificando o aprendizado produzido, ou seja, educar com os atores e com a ação. É o exercício da democracia que exige transparência na construção de uma nova política. Para Pitano, Streck e Moretti (2020), a participação popular é um processo social que possibilita às camadas populares manifestarem seus anseios, seus interesses e suas necessidades, participando da elaboração e da tomada de decisão, inclusive, controlando sua implementação.

Construir uma gestão democrática pressupõe estar em um governo voltado para a participação, baseado na perspectiva de uma nova concepção de educação popular, enquanto “prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares” (Brandão, 1985,

p. 27). Essa reinvenção, tão necessária na construção de um governo moldado em uma democracia participativa, pressupõe um processo de autonomia dos cidadãos, de construção de espaços de participação e de políticas públicas, que possibilitem a participação do cidadão(ã), em uma pedagogia da política que pronuncie a luta e a esperança, o sonho com o embate (Freire, 1987).

Nesse sentido, o termo “participação” é apresentado como um horizonte a ser alcançado, sua conquista está condicionada a dois pressupostos essenciais: primeiro, a predisposição das pessoas que ocupam cargos centrais em estarem abertos à participação; segundo, a disposição da sociedade em participar dos canais abertos pela gestão, mas também estarem em constante processo de movimento, criação e reinvenção dessas estruturas, “passando-se de uma democracia de Estado para uma democracia da sociedade” (Bobbio, 1997b, p. 54).

Salienta-se que não são os conceitos ou determinações legais que traduzem, necessariamente, o processo de participação, mas sim a realidade de como funciona a gestão governamental e a participação na sociedade. Nesse viés, “o desafio não é só elaborar políticas públicas “corretas”, mas como incorporar ativamente os atores sociais na formulação e execução destas políticas” (Pontual, 2016, p. 77).

A ideia em favor da democratização da gestão pública não está imune a críticas, tendo em vista que a aproximação entre a gestão e a população também pode levar ao estreitamento das relações pessoais, facilitando o clientelismo ou maior vulnerabilidade à corrupção. Independente desses riscos, seguimos acreditando que o aperfeiçoamento da gestão pública passa pela democratização do poder, pela valorização do controle da gestão pela sociedade e pela real participação da sociedade na tomada de decisões.

A criação de canais de participação significa a possibilidade de o cidadão(a) participar da definição das políticas públicas municipais e educar-se para e com o Conselho Político. Streck (2023) afirma, constantemente, em seus escritos, que a democracia do conhecimento não consiste apenas em prover o acesso de todos ao conhecimento existente, mas em prover condições de democratizar.

Construir um Conselho Político, na perspectiva da democratização da gestão pública, significa quebrar paradigmas de que “o povo não tem capacidade de decidir” (Benevides, 1994, p.22). Essa experiência democrática na gestão pública supõe a corresponsabilidade

entre o estado e a sociedade, em um contexto de educação popular, fundamentada na práxis social, envolvendo as diferentes esferas da comunidade municipal.

O Conselho Político é um movimento que possibilita a organização da gestão pública a partir da consolidação de um espaço de efetiva participação social, de educação popular e de construção de políticas públicas. À medida em que o cidadão participa, passa a compreender o caráter educativo e a oportunidade de pronúncia da palavra e “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeiramente seja transformar o mundo” (Freire,1987, p.107). Um espaço de valorização dos saberes do povo em seu contexto civil e social, que produz novos saberes, a partir de um debate qualificado entre a sociedade civil e o Estado.

Nesse sentido, concebe-se o Conselho Político como um espaço de resistência, de poder e de formação da cidadania, que provoca um exercício contínuo de aprendizagens dentro de uma experiência participativa inovadora na gestão pública. Um olhar para dentro da gestão, com respeito à escuta e à fala dos setores populares que “não é falado de cima para baixo, sobretudo como se fôssemos portadores da verdade a ser transmitida aos demais, aprendendo a escutar, mas escutando que aprendemos a falar com eles, [...] mesmo que muitas vezes seja necessário falar com eles” (Freire,1996, p. 127), possibilitando um processo de discussão, empoderamento e aprendizagem.

### **O caminho metodológico**

A metodologia adotada nesta pesquisa possui abordagem qualitativa e, do ponto de vista do objeto, classifica-se como pesquisa de campo. Para Lüdke e André (1986), a abordagem qualitativa leva em consideração algumas características, como: obtenção de dados descritivos, retrato das perspectivas dos participantes, contato direto do pesquisador com a situação investigada e ênfase no processo. Participaram da pesquisa 10 integrantes do Conselho Político do município de Itatiba do Sul/RS (Brasil), conforme mostra o Quadro 1.

Atualmente, o Conselho Político de Itatiba do Sul/RS é constituído por 42 integrantes das diferentes instâncias da comunidade. O critério de seleção dos participantes da pesquisa considerou o maior tempo de permanência no conselho, o que pode possibilitar uma compreensão mais detalhada da construção histórica e democrática da gestão pública do município e de seu conselho. Para preservar a identidade dos participantes, os conselheiros foram nominados como: C1, C2, C3... C10.



**Quadro 1:** Caracterização dos conselheiros participantes da pesquisa

Participante	Tempo de atuação no conselho	Instâncias da comunidade (representação)
C1	12 anos	Representante do Bairro Fundec
C2	10 anos	Representante da comunidade de Pitanga Alta
C3	06 anos	Representante dos Candidatos a vereador/a
C4	12 anos	Representante da comunidade do Povoado Moacir
C5	11 anos	Representante da comunidade do Povoado Gracioli
C6	12 anos	Representante das Entidades
C7	12 anos	Representante da comunidade da Linha Derrubadas
C8	10 anos	Representante dos partidos políticos
C9	09 anos	Representante da Comunidade do Povoado Tozzo
C10	06 anos	Representante do Colegiado de jovens

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A pesquisa de campo se deu a partir da metodologia baseada em rodas de conversa, inspirados nos “Círculos de Cultura”, de Paulo Freire (1991). Foram realizadas quatro rodas de conversa, no período de 28 de julho de 2022 a 22 de agosto de 2022, de forma presencial, com duração de, aproximadamente, 60 minutos cada encontro. Os encontros foram conduzidos por um coordenador, escolhido pelos pares, o qual, a partir de perguntas orientadoras, conduziu os trabalhos.

As quatro rodas de conversa se desenvolveram a partir dos seguintes pontos orientadores:

a) 1ª roda de conversa – buscou-se a aproximação da pesquisadora e dos participantes da pesquisa, apresentando a Universidade (em que a pesquisadora está realizando o mestrado), a motivação da pesquisadora e as expectativas em relação à pesquisa;

b) 2ª roda de conversa – questão: Quais foram as primeiras experiências democráticas e populares desenvolvidas no município de Itatiba do Sul?;

c) 3ª roda de conversa – questão: Quais as experiências democráticas e populares construídas pelo Conselho Político foram implantadas pela gestão pública municipal de Itatiba do Sul?

d) 4ª roda de conversa – realizou-se avaliação sobre as atividades anteriores, retomando questões que não foram compreendidas e analisando os desafios do Conselho Político frente a gestão pública democrática e participativa.

Os aspectos éticos de uma pesquisa que envolvem seres humanos foram respeitados, sendo o projeto cadastrado na Plataforma Brasil com CAAE: 57220322.6.0000.5564 e aprovado pelo CEP/UFFS, sob o número do parecer 5514919. Os dados coletados foram separados por unidades de significado. Desse processo, emergiram três tópicos de análise: i) experiências participativas dos conselheiros; ii) experiências democráticas do Conselho Político; e, iii) Desafios do Conselho Político Frente a Gestão Pública, expressando os resultados e discussões.

### **Experiências participativas dos conselheiros**

A participação dos conselheiros políticos possibilita a constituição de experiências democrática na gestão pública municipal. É uma organização administrativa que permite às instâncias da comunidade, coletivamente, conduzir os interesses e as necessidades da população, por meio de ações que “se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública” (Bobbio, 2015, p. 29).

Nas falas dos conselheiros participantes da pesquisa, observou-se a representatividade perante a comunidade municipal, como, por exemplo, no participante C2: “*Nós somos responsáveis em dar transparência ao dinheiro público, discutir as prioridades com todos e aplicar esse orçamento participativo em conjunto com a administração pública*”. Assim, entende-se que a constituição de uma sociedade democrática participativa ocorre a partir da organização e persistência dos movimentos e das entidades municipais. É uma administração pública que não se concentra nas mãos de um único indivíduo ou de poucas pessoas, mas na participação de todos(as).

O Conselho Político se constitui de várias entidades municipais, como, sindicatos, grupo de mulheres, comerciantes, agricultura familiar, dentre outras. Para C1, são lideranças da comunidade que foram “*ganhando força, organização e formação de lideranças. E chegou um momento que o povo queria discutir, dar ideias, participar*”. Streck (2023) explicita que um movimento de transformação da sociedade ocorre pelo fortalecimento da cidadania, das relações mais justas entre os povos e de uma maior responsabilidade coletiva.

Um dos relatos expressivos dos conselheiros, que fortaleceu a participação concreta da comunidade, refere-se ao bloqueio do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pela administração municipal, anterior ao surgimento do Conselho Político. “*Reunimos, discutimos e a população se movimentou. Mobiliza quando tem uma coisa concreta. Pra mim isso, então é histórico. Eu posso viver os meus*

*mais de cem anos, que vou sempre lembrar, deste momento. Para nós serviu de teoria e prática”* (C3). Esse fato serviu para discutir a mobilização como uma pauta concreta, afirmando que a administração pública na época não era parceira.

Para Streck e Adams (2006), as manifestações são também as expressões de que os anseios da comunidade não encontram canais de expressão e que as instâncias responsáveis pelas tomadas de decisões precisam ser chamadas para o diálogo ou, muitas vezes, quando não, trocadas por outras mais atuantes.

Os espaços de discussão, articulação, formação e mobilização passam a exercer pressão e controle social sobre as ações do governo municipal e dos próprios movimentos sociais, que incorporam novos temas e novos espaços na agenda política municipal. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo, pronunciado por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar” (Freire, 2014, p. 108).

A reconstrução do espaço público administrativo municipal democrático constituído pelos conselheiros políticos possibilita que as decisões passem a ser construídas de forma coletiva, institucionalizadas, enquanto valor pedagógico de formação para a cidadania. Sobre isso, o conselheiro C6 afirma: *“de repente o pessoal começou a chamar a gente para discutir, construir plano de governo e a gente começou a se sentir valorizado, então juntos fomos construindo aquele pensamento de participação popular”*. Verifica-se que o *“sentir-se participante na gestão pública”* é colocar-se na perspectiva de sujeito do processo, como reforça C7: *“Nossa vontade é de que as decisões aconteçam, pois, cada participante é atuante na ação também”*. Tais reflexões vão ao encontro do que diz Brandão (2021), ou seja, a participação em processos torna as pessoas protagonistas de transformações sociais.

Paludo (2015) explicita que o movimento de educação popular se faz no interior do processo enquanto expressão política de si mesmo, imbuídas do desejo de constituir o poder popular. Entretanto, C7 alerta que *“a questão da participação exige um aprendizado de todos. Lembro quando cada um trazia seus problemas. Entendemos que o debate era como melhorar para todos, como ouvir todos, principalmente os excluídos*. Observa-se que a articulação e a representação dos conselheiros podem superar a fragmentação de uma constituição ética e política das administrações públicas, conforme destaca o relato de outro conselheiro: *“não teríamos chegado até aqui, se não fosse por muito diálogo. Sempre foi a nossa base. Conversar*

*Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal* muito, sobretudo. Assim, a gente aprende a falar, mas principalmente ouvir, por que muitas vezes nós enquanto governo esquecemos de ouvir” (C8). Ouvir, tornou-se o caminho do diálogo democrático.

O Conselho Político ganhou força a partir da participação das lideranças da comunidade municipal, que, coletivamente, foram dialogando para organizar e desenvolver as demandas de sua própria comunidade. Junto com as necessidades da comunidade, o Conselho Político constitui saberes importantes para o bom funcionamento de seu conselho. O primeiro deles é saber ouvir o colega conselheiro e sua comunidade. Aprender a dialogar, argumentar e debater trouxe segurança na tomada de decisões e nas ações encaminhadas. Dessa forma, o Conselho Político foi construindo experiências democráticas que fortaleceram a própria administração municipal, o atendimento às demandas da comunidade municipal, bem como à organização e à normatização do próprio conselho.

### **Experiências democráticas do conselho político**

As experiências democráticas construídas pelo Conselho Político tornaram-se um movimento de organização da gestão pública municipal de Itatiba do Sul/RS. É um espaço de participação social, de educação popular e de construção de políticas públicas. São experiências educativas como práxis, que se educa com e para o Conselho Político, indicando que “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, dizer a palavra verdadeiramente seja transformar o mundo” (Freire, 1987, p. 107).

O caráter educativo que o Conselho Político proporciona constitui experiência significativa, entre as demandas da comunidade e a gestão pública. Um dos conselheiros exemplifica: “participo do Conselho Político desde 2012, é uma das tantas experiências que temos aqui. Com certeza é uma das mais belas experiências de participação popular que a gente vive” (C8). Observa-se o sentimento de pertencimento e de diálogo. Ser conselheiro é participar e construir experiências significativas para a melhoria da comunidade local no espaço da gestão pública.

É uma organização coletiva intimamente ligada à conscientização, resultado de uma práxis reflexiva e de inserção crítica em uma determinada realidade social. Freire (1987) explicita que a práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo, para transformá-lo. O conselheiro C9, assegura que “temos aqui acima de qualquer pessoa um projeto, onde se tem clareza do que se quer”. Nessa linha de raciocínio C10, reforça que “a gente se coloca com bastante responsabilidade, de não pensar no eu, mas pensar no grupo que pertencemos”.

Entende-se que é um processo de conscientização crítica, visando ao comprometimento humano diante do contexto histórico e social de maneira organizada e coletiva.

O diálogo é a força motriz do Conselho Político, que impulsiona o pensar crítico problematizador, essencial na organização, no funcionamento e na concretização das ações. Em seu relato o conselheiro C7 assegura que *“participar do conselho, não é discutir o que quer, mas os anseios da comunidade. Então, é só discutir ações e fazer junto, mas trazer a administração perto das pessoas, ter transparência”*. Brandão e Fagundes (2016) explicitam que os movimentos de cultura popular partem do princípio de que o trabalho de transformar consiste em uma prática coletiva socialmente significativa, realizada a partir de ações necessárias e motivadas.

O Conselho Político constitui-se *“um aprendizado de como funciona uma gestão pública, isso que é importante, é uma forma de governar diferente. Uma semente que germinou e cresceu”* (C10). Complementando, *“não se discute só obra, só orçamento, mas se constrói a participação do povo, formação de lideranças”* (C7). As experiências democráticas propostas com base na realidade agem a partir do desejo coletivo da comunidade que é representada pelos conselheiros. Pelas suas respostas, evidenciou-se o potencial educativo do Conselho Político de transformar a realidade, e de como constituir-se sujeitos de si, reflexivos na interação com o outro, construindo, dessa forma, terreno fértil para a formação de lideranças. Streck (2013) explicita que o surgimento de novas lideranças é fruto da organização coletiva, do acolhimento, do diálogo e do sentir-se sujeito partícipe. É um desmistificar a autoridade, rompendo com a lógica tradicional de quem deve ser o líder.

A renovação de lideranças e a oxigenação da política como força organizadora da sociedade também encontra, ao longo do processo democrático e de suas experiências, resistências. A partilha dos projetos, às vezes, causa alguns desencontros e afastamento do grupo, geralmente, ocorrendo quando os ideais são individualizados. No relato das experiências democráticas, o conselheiro (C8) explicita que a participação acaba *“nivelando as pessoas, no sentido de não ter hierarquia. E para quem não tem educação é difícil ficar. Por isso, muitos aderem o projeto, mas também outros saem”*. Em outro relato, (C2) reitera: *“dividir o poder é difícil. Outras lideranças começam a ter conhecimento para ocupar espaços na gestão”*. Observa-se que nem sempre o processo democrático é tranquilo, isso é, sempre

ocorre embate de ideias, considerado salutar no processo, sinal de participação e de democracia.

A democracia participativa exige maturidade política, como acompanhamento sistemático da gestão pública. A participação política tem um papel central na inserção do indivíduo na comunidade e se consolida no agir coletivo, constituindo uma identidade política, fundamentada na solidariedade, autônomo e reconhecimento das diferenças. Conforme C8: “A participação se dá na educação de fora para dentro do conselho, e do conselho para dentro da administração pública”. É um sentimento de pertencimento no processo, participando nas decisões e aplicando os recursos em conformidade com as necessidades da comunidade.

Nesse sentido, observa-se que todas as experiências construídas são geradas dentro de um processo democrático, de decisões coletivas, a partir da construção de consensos em relação aos diferentes interesses. É o governo do povo, que exige uma participação permanente, por meio de uma ação libertadora da opressão social, onde o ser humano se humaniza. Superar as contradições dos opressores-oprimidos propicia a libertação de todos, o que vai ao encontro das reflexões de Freire (1981, p. 36): “não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se”. Essas experiências também trazem desafios, que precisam ser dialogados e, ao longo dos encontros das reuniões do Conselho Político, encontrar caminhos possíveis para sua resolução.

### **Desafios do conselho político frente a gestão pública**

A construção da gestão pública edificada em uma democracia participativa ainda se constitui um grande desafio para a humanidade, mesmo que ao longo do tempo algumas experiências tenham-se concretizado. São experiências que reforçam a participação popular como estratégia para definição das prioridades, a partir das necessidades da população, buscando o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Esse é um dos sentidos da educação popular, que diz respeito “ao movimento político-pedagógico dos sujeitos individuais e coletivos, organizações e instituições que trabalham e lutam para a criação de condições de vida mais digna para todos” (Streck, 2023, p. 7). No caso do Conselho Político, observa-se que o processo de participação popular constitui-se uma ação política que se caracteriza pela mediação nas relações de poder, devido a sua ação de caráter pedagógico.

A constituição pedagógica, formada ao longo dos encontros e das experiências na concretização das ações, tem demonstrado desafios, sendo dois deles proeminentes: o primeiro, a necessidade de fortalecer o diálogo. Para C8: a “*vontade do nosso povo em*

*participar. Tem toda uma história de participação, de luta, de sobrevivência, vontade e de diálogo*"; O segundo, a necessidade de oportunizar a participação. Para C9: *“nada adiantaria o povo estar disposto a participar se não encontrasse no governo a oportunidade de participar. Nosso desafio é manter governos que compreendam a importância da participação do povo e do diálogo*”. *“A educação popular consagra no diálogo não apenas uma metodologia de valor e de atuação pedagógica, de que o ‘círculo de cultura’ seria a mais conhecida imagem. O diálogo é, nela, o começo e o final de todo o acontecer do ensinar-a-aprender”* (Brandão, 2021, p. 6).

A participação tem um valor pedagógico que constitui um espaço de formação dos cidadãos, nutrindo uma identidade de grupo e um discernimento para realizar escolhas, a partir dos grupos que cada conselheiro representa. Brandão e Vasconcelos (2021) esclarecem que a educação popular emerge da participação, da interação aberta e dialógica de pessoas de seus coletivos, na mediação entre diferentes saberes. Um “pluri-comunidade político-pedagógica” com vocação popular e emancipatória.

Outro desafio apresentado nos relatos é manter a estrutura do conselho político e da gestão pública municipal na perspectiva democrática e coletiva. Freire (1997) explicita que a democracia necessita de acordo entre as partes antagônicas para sobrevivência do todo, mesmo que haja interesses distintos entre as classes. No relato, o conselheiro (C10) apresenta a compreensão de que o Conselho Político tem autonomia e só é possível convidar o *“prefeito, vice e secretários quando o conselho chama*”. E continua: *“é uma das grandes conquistas do povo, dos mais humildes, do agricultor, como das mais altas autoridades”* (C10). A educação popular *“coloca pedagogicamente a serviço das classes populares, para que elas próprias estabeleçam o seu destino como classe e teor de suas ações políticas transformadoras”* (Brandão, 2021, p. 05).

Os primeiros movimentos sociais do Conselho Político foi a mobilização do povo em relação à gestão pública municipal, tendo como prioridade defender a distribuição do orçamento público para todas as instituições sociais e suas necessidades, tanto agrícolas como urbanas. No atual contexto do Conselho Político, outro desafio é educar *“para que as pessoas tenham conhecimento da importância”* (C9). Se faz necessária uma *“formação constante dos conselheiros para que se consiga romper com o silêncio de muitos cidadãos”* (C10). O Conselho Político torna-se um espaço de políticas públicas municipais de avaliação do governo e aplicação correta do orçamento público a partir das decisões dos conselheiros,

*Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal*

como também, um espaço de formação de pessoas, para que possam “fazer uma análise de conjuntura e sejam capazes de avançar nos gargalos que temos na administração. São desafios que temos que enfrentar. Investir coletivamente no grupo de formação é o futuro desta ferramenta que a gente construiu coletivamente” (C7). O caráter pedagógico formativo dos conselheiros e da comunidade é o pressuposto fundamental para o exercício coletivo e seu fortalecimento.

Um dos pontos fundamentais apontados pela fala dos participantes da pesquisa diz respeito ao número de participação de jovens e mulheres. Isso pode ser visualizado no comentário de C6 ao relatar: “tem alguns jovens, participando, mas são poucos. Também poucas mulheres, como mudar isso? Como esses jovens enxergam o conselho, a participação do povo?”. As mulheres que participam são atuantes e “reconhecem que estamos ainda ausentes das decisões políticas, mas estamos despertando para a importância da participação” (C6). Evidencia-se, com base nas falas dos participantes, um número pouco expressivo de mulheres e de jovens envolvidos nesse processo, portanto, faz-se mister encontrar alternativas para envolver ainda mais a comunidade.

Os desafios apresentados estão diretamente interligados ao fortalecimento dos próprios conselheiros em manter a estrutura de forma coletiva e participativa, do envolvimento da comunidade e, principalmente, de uma formação pedagógica constante. O diálogo é o caminho para a construção da participação, da realização das experiências democráticas no contexto das ações, conjuntamente com a gestão pública, a comunidade e suas instâncias municipais e o conselho político.

### **Considerações**

Este artigo teve como objetivo analisar experiências democráticas e populares do Conselho Político da gestão pública municipal. Com base nessa análise, os resultados apontaram nuances da organicidade, ações democráticas e coletivas, diálogo e participação e o desenvolvimento educacional a partir das experiências democráticas do Conselho Político no contexto da gestão pública.

Revelou-se que o Conselho Político se fortalece nas experiências democráticas, organiza e educa suas lideranças, transforma os anseios da população municipal em ações sensíveis e as coloca em práticas para resolução. São pautas concretas, discutidas de forma dialógica possibilitando ações coletivas populares na gestão pública do município. Sempre aparecem dificuldades nessa organização do conselho, entretanto, o diálogo democrático



tornou-se o caminho para a reflexão, construindo uma consciência crítica ao longo dos encontros e, principalmente, na aplicação prática das ações junto à comunidade.

Em relação às experiências participativas, os resultados demonstraram que o Conselho Político surge de diversas lideranças em diferentes grupos sociais do município. Após um bloqueio (PRONAF) orçamentário da gestão anterior, despertou na comunidade o diálogo e a organização para discutir possíveis alternativas. Assim, surgiram os primeiros encontros carregados de teoria e prática, fortalecendo os interesses da comunidade, pressionando, com isso, a gestão pública. Um dos pontos relevantes observados foi a valorização da comunidade, sentindo-se protagonista da transformação social.

Quanto às experiências democráticas do Conselho Político, evidenciou-se, num primeiro momento seu caráter educativo dos conselheiros no processo, do diálogo como princípio para fortalecer a participação, possibilitando a realização das ações para a melhoria da comunidade local. A democracia se fortalece no diálogo, motriz do Conselho Político, pois esse impulsiona o pensar crítico e a concretização das ações. Não se discute somente as ações, mas se constrói a participação do povo e a formação de lideranças de forma democrática. O diálogo é a força motriz das experiências democráticas e, por meio dele, discutem-se ações para fazer de forma coletiva, dando origem às experiências democráticas.

Embora essas experiências do conselho político sejam riquíssimas, os resultados explicitam alguns desafios, como: fortalecer o diálogo e a participação; e, estimular o governo para oportunizar a participação. Isso implica manter governos que compreendam a importância da participação e do diálogo. Manter a estrutura do Conselho Político, com a participação das diversas instâncias municipais, também é um desafio, para que não fique de fora nenhuma prioridade. Um dos proeminentes desafios é educar para a importância do Conselho Político na gestão pública. Faz necessário uma formação constante dos conselheiros, na perspectiva dialógica, para que se consiga romper o silêncio dos novos conselheiros em participar. Junto com isso, a prioridade é aumentar a participação de jovens e de mulheres para que se acolha outras prioridades.

Ademais, considera-se que o estudo referente ao Conselho Político abre novas perspectivas de aprofundamentos, focalizando um olhar atento aos próximos anos e suas experiências democráticas. Além disso, reitera-se a importância do diálogo, da participação e das ações concretas. Portanto, é um fazer coletivo, tendo como ponto de partida as

*Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal*

prioridades da comunidade. Educar conjuntamente com as experiências democráticas, fortalecendo os integrantes do Conselho Político, como a própria comunidade. Tais resultados possibilitam contribuir para estimular outras instâncias da gestão pública, diminuindo a distância entre a gestão pública e a necessidade da população.

### Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. O que é educação popular. Ed. Brasiliense, 1985.

BENEVIDES, Maria Vitoria de. Democracia e Cidadania. In: BOAS, Renata Villas et al. (org.). **Participação Popular nos governos locais**. São Paulo: Polis, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: em defesa das regras e do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Orçamento Participativo** – Uma revista da participação popular em Fortaleza, agosto, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 11º ed. RJ: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papiros, 2005.

PESSOA, Maria. Aglais. Gadelha. **Avaliação do conselho do orçamento participativo de Fortaleza-COP**. Processos participativos e cidadania MAPP-UFC, 2010.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação popular e os seus diferentes espaços**: educação social de rua, prisional, campo. Congr. Intern. Pedagogia Social July. 2012.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. In: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social, 4., 2012, São Paulo. **Anais [...]** Associação Brasileira de Educadores Sociais. Disponível em:

[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSCo00000092012000100032&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSCo00000092012000100032&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 21 jul. 2025.

PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. As tramas da participação na pedagogia freireana: fundamentos para uma democracia radical. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 20, p. 109-118, 2020.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 91-102.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e incidência em políticas públicas. *Revista e-Curriculum*, v. 15, n. 1, p. 62-81, 2016.

STRECK, Danilo Romeu; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil Albert. **Dizer a sua palavra**. Educação Cidadã, pesquisa participante e orçamento público. São Leopoldo: Oikos Editora, 2023.

### **Sobre os autores**

#### **Almir Paulo dos Santos**

Possui Graduação em Filosofia (FAFIMC). Mestrado em Educação Universidade de Passo Fundo/RS (UPF). Pós-doutorado e Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim/RS. Possui experiência na área de Política Educacional, Gestão Democrática Escolar. **E-mail:** [almir.santos@uffs.edu.br](mailto:almir.santos@uffs.edu.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9283-3178>.

#### **Moises Marques Prsybyciem**

Possui graduação em Licenciado em Química pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2010), mestre (2015) e doutor (2022) em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e da graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. **E-mail:** [moises.prsybyciem@uffs.edu.br](mailto:moises.prsybyciem@uffs.edu.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8220-7416>.

#### **Adriana Katia Tozzo**

Professora da rede pública Estadual do RS na disciplina de História e Supervisora Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti. Licenciada em História e Pedagogia, Bacharel em Gestão Pública, Mestre em Educação - UFFS. Experiência na área educacional como professora regente das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na disciplina de História, da rede pública municipal e estadual de ensino. Experiência em Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Vice-diretora e Diretora de escola, da rede pública estadual e municipal. **E-mail:** [adrianatozzo@yahoo.com.br](mailto:adrianatozzo@yahoo.com.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-8528-2839>.

*Educação popular: experiências democráticas do conselho político na gestão pública municipal*

Recebido em: 28/02/2025

Aceito para publicação em: 09/07/2025